

L E I Nº 1.144/73

Data : 23 de agosto de 1973.

Súmula: Adota, no Serviço Público Municipal, o Sistema de Classificação de cargos, institui o Quadro Geral; o Quadro do Magistério e o Quadro Especial, estabelecendo atribuições e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Os Serviços da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, serão atendidos por funcionários ocupantes de cargos do Quadro Geral, do Quadro do Magistério e do Quadro do Magistério e do Quadro Especial.

Parágrafo Único - Os serviços de que trata este artigo poderão ainda ser atendidos por pessoal contratado para funções de natureza técnica-especializada, serviços de caráter temporário e outros, na forma que a Lei estabelecer, obedecida a Legislação Federal pertinente.

Artigo 2º - Para os efeitos desta Lei:

I - Funcionário é pessoa legalmente investida em cargo público;

II - Cargo público é o conjunto de deveres, atribuições da mesma natureza, denominação idêntica e semelhantes quanto ao grau de dificuldades e responsabilidades das atribuições;

III - Classe é o agrupamento de cargos de atribuições da mesma natureza, denominação idêntica e semelhantes quanto ao grau de dificuldades e responsabilidades das atribuições;

IV - Série de classes ou carreira é o conjunto de semelhante natureza de trabalho, escalonados segundo diferentes níveis de vencimentos, indicando um caminho natural de promoções.

V – Cargo comissionado é criado para atender aos encargos de confiança do Prefeito, sendo seu ocupante passível de demissão “ad nutum”.

VI – Função gratificada é a instituída em Lei para atender a encargo de chefia e outros que não justificam a criação de cargo e pelo seu exercício será concedida vantagem aos vencimentos.

CAPÍTULO II DOS QUADROS

Seção I Do Quadro Geral

Artigo 3º - Fica criado o Quadro Geral, sigla QG, constituído dos seguintes cargos e funções:

I – Cargos de provimento efetivo, de carreira, constantes do subanexo I, do anexo I;

II – Cargos de provimentos em comissão, constantes do subanexo III, do anexo I;

III – Funções Gratificadas, constantes do subanexo V, do anexo I.

Artigo 4º - A organização do Quadro Geral baseia-se nos conceitos de cargo, classes, cargo comissionado e função gratificada.

Artigo 5º - Os cargos de provimento efetivo estão agrupados em classe.

§ 1º - O número de cargos da última classe deve ser igual ao número de cargos da classe B.

§ 2º - As classes estão escalonadas em séries de classes, segundo sua importância relativa, em nove níveis, designados pelos numerais de 1 a 9, precedidos de sigla QG.

§ 3º - Cada série de classes constitui-se de seis classes (A, B, C, D, E, e F) de semelhante natureza de trabalho e atribuições.

Artigo 6º - Os requisitos mínimos para provimento de cargos efetivos as perspectivas de promoção e as atribuições constam do subanexo VII, do anexo I.

Artigo 7º - Os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas estão escalonadas em símbolos alfabéticos numéricos, segundo suas atribuições e responsabilidades.

SEÇÃO II DO QUADRO DO MAGISTÉRIO

Artigo 8º - Fica criado o Quadro do Magistério, sigla QM, constituído de cargos de provimento efetivo, de carreira, constantes do subanexo I, do anexo 2.

Artigo 9º - A organização do Quadro do Magistério baseia-se nos conceitos de cargo, classe e série de classes.

Artigo 10 - Os cargos de provimento efetivo estão agrupados em classes.

§ 1º - As classes estão escalonadas em série de classes, segundo sua importância relativa, em um nível, designado pelo numeral I, precedido da sigla QM.

§ 2º - A série de classes constitui-se de seis classes (A, B, C, D, E e F) de semelhante natureza de trabalho e atribuições.

Artigo 11 - Os requisitos mínimos para provimento dos cargos efetivos, as perspectivas de promoção e as atribuições constam do subanexo III, do anexo 2.

SEÇÃO III DO QUADRO ESPECIAL

Artigo 12 - Fica instituído o Quadro Especial, sigla que, composto dos cargos de provimento efetivo, de carreira, que são incompatíveis com os sistemas estabelecidos no Quadro Geral e no Quadro do Magistério, e que não foram extintos em virtude de seus ocupantes gozarem de estabilidade no serviço público e não serem passíveis de enquadramento em qualquer dos cargos do Quadro do Magistério.

Parágrafo Único – Os cargos do Quadro Especial extinguir-se-ão automaticamente no ato da vacância, qualquer que seja o motivo.

Artigo 13 – Os cargos do Quadro Especial extinguir-se-ão automaticamente no ato da vacância, qualquer que seja o motivo.

Artigo 14 – Os cargos do Quadro Especial são os constantes do sub-anexo I, do anexo 3.

Artigo 14 – A organização do Quadro Especial baseia-se nos conceitos de cargo, classe e série de classes.

Artigos 15 – Os cargos de provimento efetivo estão agrupados em classes.

§ 1º - As classes estão escalonadas em séries de classes, segundo sua importância relativa, em quatro níveis, designados pelos numerais de 1 a 4, precedidos da sigla QE.

§ 2º - Cada série de classes constitui-se de seis classes (A, B, C, D, E e F) de semelhante natureza de trabalho e atribuições.

Artigo 16 – As atribuições dos cargos do Quadro Especial são as que lhe sejam inerentes à data da vigência desta Lei, podendo ainda, de conformidade com a natureza do cargo e conveniência do trabalho, serem especificadas pelo Prefeito, através de decreto.

Artigo 17 – Aos ocupantes de cargos do Quadro Especial são assegurados todos os direitos adquiridos em decorrência dos respectivos cargos, bem como lhes serão aplicáveis quaisquer medidas de ordem geral referentes ao funcionalismo municipal.

CAPÍTULO III DO ENQUADRAMENTO E DO PROVIMENTO

Artigo 18 – Os cargos de provimento efetivo do Quadro Geral e do Quadro Especial, serão providos por enquadramento dos atuais ocupantes de cargos efetivos, criados por Lei, desde que gozem de estabilidade no

serviço público ou que tenham sido nomeados por concurso público e estejam no período de estágio probatório.

Parágrafo Único – Gozam de estabilidade no serviço público:

I – Os funcionários nomeados, por concurso público, para cargos de provimento efetivo, após dois anos de exercício;

II – Os funcionários nomeados até a data de 24 de janeiro de 1962, para cargos de provimento efetivo, independentemente de concurso.

Artigo 19 – Em conformidade com o artigo anterior, o enquadramento será feito em cargo cujas atribuições sejam fundamentalmente análogas as que o titular exerça até a vigência desta Lei, dispensados os requisitos mínimos para provimento.

Artigo 20 – Enquadrar-se-ão:

A – NO QUADRO GERAL:

I – No cargo de “CONTABILISTA – Classe C – Nível QG – 9”, o atual ocupante do cargo de “Diretor da Contabilidade e Tesouraria – nível 8”;

II – No cargo de TESOUREIRO – Classe C – Nível QG-8, o atual ocupante do cargo de “Tesoureiro – Nível 7”;

III – No cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO – Classe A – Nível QG-5, o atual ocupante do cargo de ESCRITURÁRIO – Nível 4”;

IV – No cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO – Classe B – Nível QG 5”, o atual ocupante do cargo de Diretor da Receita – Nível 5;

V – No cargo de ARQUIVISTA – Classe D, Nível QG-2, o atual ocupante do cargo de ARQUIVISTA – Nível 4”;

B – NO QUADRO ESPECIAL:

I – No cargo de MESTRE DE OBRAS – Classe B – Nível QE – 4”, o atual ocupante do cargo de ADMINISTRADOR – Nível 5;

II – No cargo de MESTRE DE OBRAS – Classe B – Nível QE-4”, o atual ocupante do cargo de FISCAL GERAL – Nível 6;

III – No cargo de MECÂNICO – nível 6”;

IV – No cargo de FISCAL DE OBRAS – Classe A – Nível QE -2;

V – No cargo de FISCAL GERAL – Nível QE – 1, o atual ocupante do cargo de FISCAL GERAL – Nível 6;

VI – No cargo de FISCAL DE RENDAS – Classe B – Nível QE-1, o atual ocupante do cargo de Fiscal – nível 4.

Artigo 21 – Os cargos de provimento efetivo da classe “A” do Quadro Geral e do Quadro do Magistério, não providos na forma do artigo 18, somente o serão mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º - A habilitação em concurso terá validade específica para o cargo mencionado no respectivo edital.

§ 2º - A nomeação de candidato aprovado será feita, obrigatoriamente, na classe inicial (classe “A”), obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Artigo 22 – Serão inscritos, obrigatoriamente, nos concursos que a Prefeitura realizar, os servidores não estáveis ocupantes de cargos ou em desempenho de funções análogas ao objeto dos concursos.

§ 1º - Os servidores sujeitos ao concurso, na forma exigida pelo presente artigo, serão dispensados dos requisitos mínimos para provimento, desde que, comprovadamente, à data de vigência desta Lei, contém, pelo menos, três (3) anos consecutivos de serviços prestados ao Município de Bandeirantes;

§ 2º - Os concursos de que trata este artigo deverão ser realizados, impreterivelmente, até a data de 3 de novembro de 1973.

Artigo 23 – Os cargos vagos das classes B, C, D, E e F, do Quadro Geral do Magistério, somente poderão ser providos por promoção, na forma dos artigos 20 a 30 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município.

Artigo 24 – Os cargos da classe “A” do Quadro Geral e do Quadro do Magistério, vagos em decorrência de promoção, somente poderão ser providos através de concurso público.

§ 1º - A vacância de cargos da classe “A”, decorrente de promoção, não implica em imediata necessidade de provimento.

§ 2º - O provimento de que trata este artigo dar-se-á, exclusivamente, se for aprovada por Lei a lotação do cargo, após comprovada sua necessidade.

Artigo 25 – Os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas serão providos mediante ato do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO IV DOS CARGOS COMMISSIONADOS E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Artigo 26 – São cargos comissionados os discriminados do subanexo III, do anexo I.

Artigo 27 – Os cargos comissionados serão providos mediante livre escolha do Prefeito Municipal, por servidores ou não do Município, que satisfaçam as qualidades exigidas para sua investidura.

Artigo 28 – No caso de nomeação de ocupante de cargo efetivo para o exercício de cargo comissionado, será permitida a opção pelos vencimentos de cargo efetivo.

Artigo 29 – São funções gratificadas as discriminadas no subanexo V, do anexo I.

Artigo 30 – O desempenho de função gratificada é privativo de pessoa legalmente investido em cargo efetivo, podendo ser:

I – Funcionário deste Município, do Estado, da União ou de suas autarquias, quando posto à disposição da Prefeitura.

Artigo 31 – O funcionário designado para o exercício de função gratificada perceberá a gratificação cumulativamente com os vencimentos do seu cargo efetivo.

Artigo 32 – As atribuições dos ocupantes de cargos comissionados e de funções gratificadas constarão do Regulamento Interno da Prefeitura.

CAPÍTULO V DOS VENCIMENTOS

Artigo 33 – Os cargos de provimento efetivo do Quadro Geral, do Quadro do Magistério e do Quadro Especial, estão agrupados em classes, e estas, escalonadas em séries de classes; para cada série de classes; para cada série de classes corresponde um nível e a cada nível corresponde uma escala de vencimentos.

Parágrafo Único – O nível de cada série de classes é indicado pelo número que lhe segue, precedido da sigla QG ou QE, conforme o Quadro a que pertença.

Artigo 34 – A escala de vencimentos de que trata o artigo anterior “in fine” visa, exclusivamente, a implantação do “Sistema de Promoção Horizontal.”

Artigo 35 – Os vencimentos de cada classe correspondem aos vencimentos da classe anterior, acrescidos de 10% (dez por cento).

Parágrafo Único – No cálculo dos vencimentos será arredondada para maior qualquer fração de centavos.

Artigo 35 – Os vencimentos será arredondada para maior qualquer fração de centavos.

Artigo 36 – Ficam aprovadas as seguintes tabelas de vencimentos e valores:

A – DO QUADRO GERAL

I – Dos cargos de provimento efetivo, constante do subanexo II, do anexo I;

II – Dos cargos de provimento em comissão, constante do subanexo IV, do anexo I;

III – Das funções gratificadas, constante do subanexo II, do anexo I.

B – DO QUADRO DO MAGISTÉRIO

I – Dos cargos de provimento efetivo, constante do subanexo II, do anexo 2;

C – DO QUADRO ESPECIAL

I – Dos cargos de provimento efetivo, constante do subanexo II, do anexo 3.

Artigo 37 – Qualquer medida que vise à majoração de vencimentos abrangerá, obrigatoriamente, todos os cargos e funções do Quadro Geral, do Quadro do Magistério e do Quadro Especial, sendo, para todos, uniforme o percentual de aumento.

CAPÍTULO VI DA LOTAÇÃO

Artigo 38 – Entende-se por lotação o número de cargos de carreira e isolados necessários ao funcionamento de cada seção, Divisão ou Departamento.

Artigo 39 – Fica estabelecida, segundo os órgãos, a lotação da Prefeitura de Bandeirantes, na conformidade do anexo 4.

Artigo 40 – Toda proposta de criação de novas séries de classes deve ser acompanhada das respectivas atribuições, dos requisitos mínimos necessários para provimento dos cargos e das perspectivas de promoção.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 41 – Ficam aprovados e passam a fazer parte integrante desta Lei:

- I – O anexo 1 e seus subanexos I, II, III, IV, V, VI e VII;
- II – O anexo 2 e seus subanexos I, II e III;
- III – O anexo 3 e seus subanexos I e II;
- IV – O anexo 4.

Artigo 42 – Para a realização dos concursos de provas e títulos deve ser obedecido o Regulamento de Concurso.

Artigo 43 – No prazo de sessenta dias de vigência desta Lei serão baixadas portarias de enquadramento dos atuais funcionários da municipalidade, na conformidade do artigo 20, desta Lei.

Artigo 44 – O funcionário que se julgar prejudicado em seu enquadramento poderá solicitar ao Prefeito Municipal, através de petição fundamentada, reconsideração do ato que o enquadrrou.

§ 1º - O pedido de reconsideração deverá ser formulado no prazo de trinta dias, contados da data da portaria que o enquadrrou.

§ 2º - O Prefeito Municipal, no prazo de trinta dias, contados da data do recebimento da petição decidirá sobre o assunto, tomando ou determinando a medida necessária, conforme a decisão.

Artigo 45 – Para efeito de promoção será obedecido o critério disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, bem como o Regulamento de Avaliação de Merecimentos.

Artigo 46 – As despesas da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, e ainda de créditos adicionais até o limite de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), que fica o Executivo Municipal autorizado a abrir.

Parágrafo Único – Os créditos mencionados neste artigo serão cobertos com recursos disponíveis provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos da legislação vigente.

Artigo 47 – Esta Lei entra em vigor na data de 1º de setembro de 1973, revogadas as disposições em contrário, e principalmente as Leis nºs 762/69 de 09/04/69; 957/71 de 26/05/71; 998/71 de 30/08/72; 1034/72 de 24/05/72.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 23 de agosto de 1973.

Jamil Fares Midauar
Prefeito Municipal

Altevir Santos Ragazzi
Oficial Administrativo